

John Nash e o terrorismo eleitoral

Uma das características mais odiosas do terrorismo, inclusive o eleitoral, é a produção de vítimas inocentes. O mesmo pode valer para as medidas de *combate* ao terrorismo, especialmente quando baseadas no entendimento que combater o terrorismo é praticá-lo na direção contrária. Pode-se criar uma situação de conflito de “terrorismos” que ofereceria um interessante exemplo de um “equilíbrio de Nash”, conceito popularizado pelo maravilhoso filme sobre a vida do próprio John Nash, vencedor do Oscar de melhor filme para 2001.

O momento econômico estaria a requerer enorme ponderação e desprendimento por parte das autoridades, políticas e econômicas, pois nos mercados financeiros a atmosfera é de imensa preocupação. Em consequência, pessoas comuns, poupadores de qualquer tamanho, empresas grandes e pequenas, e profissionais de mercado, todos estão a adotar posturas defensivas as quais terminam acentuando a instabilidade da qual todos pretendem se acautelar. É um círculo vicioso, um “jogo de soma negativa”, onde quem perde com a interação não cooperativa dos participantes do jogo eleitoral é um terceiro que não está no jogo, o país.

Não deve haver dúvida que o problema que o país enfrenta é a incerteza quanto aos rumos futuros da economia no novo governo, quem quer que seja. É ingênuo pretender que este não seja o caso. Há uma legítima situação de fato: a perspectiva de uma legítima mudança de orientação na economia gerando uma legítima preocupação quanto a isto. Tudo é muito legítimo, e muito confuso, e assim vamos vivendo uma atmosfera de crise que, mesmo sem justificativa nos fundamentos da economia, vai se aprofundando, qual profecia autorealizada, como num empate onde ambos são desclassificados.

É interessante lembrar que, bem antes da tempestade começar, e antevendo-a, o nosso Ministro da Fazenda, Pedro Malan sugeriu, para o bem de todos e do país, que os candidatos concordassem em assumir um pequeno número de compromissos os quais, se honrados, reduziriam bastante as incertezas e os prejuízos de hoje. Sua sugestão de cooperação foi repelida pelos meios políticos, e não apenas pela Oposição, pois ali quiseram enxergar uma jogada de um candidato, que na verdade não existia.

A mesma postura negativa foi observada quando se cogitou em avançar, na Câmara, com a emenda ao Artigo 192 da Constituição a fim de se permitir que se votasse uma lei com mandatos para os dirigentes do BC. Novamente, tratava-se de criar instituições destinadas a estabelecer a cooperação em um tema importante para todos: a paz nos mercados financeiros durante a eleição.

Prevaleceu, todavia, uma tola teoria conspiratória de que se pretendia “blindar” o BC, caso ganhasse a Oposição. Prevaleceu o incentivo a não cooperar, alimentado pela sensação de que qualquer forma de cooperação política é uma rendição ao adversário. Registre-se que, de outro lado, o entusiasmo do governo com a independência do BC, “operacional” ou de verdade, nunca existiu.

A verdade é que, antes de a tempestade começar, o país deveria ter refletido construtivamente sobre instituições e políticas destinadas a evitar que, na inevitável presença de mercados financeiros complexos e abertos como temos, as eleições se transformassem em focos de volatilidade, nervosismo e especulação, com perdas para a economia real. Precisávamos ter criado instituições e regras a fim de criar cooperação entre as partes para a eleição transcorrer em clima tranquilo. Isto existe para as regras eleitorais; por que não haveria de existir para alguns temas básicos da economia? Afinal, esta não é a primeira, nem será a última eleição, onde são significativas as chances de alternância no poder. Por princípio, este será sempre o caso numa Democracia digna desta designação.

Na ausência dessas instituições, a situação que temos hoje é como a de um “equilíbrio de Nash”: os principais participantes do jogo eleitoral adotam posturas não cooperativas, temendo que, mesmo ganhando alguma coisa ao cooperar, estejam concedendo alguma vantagem ao adversário, real ou imaginária. Na verdade, qualquer sinal de que o adversário não será cooperativo, leva imediatamente ao conflito, e por isso mesmo o conflito é a situação de “equilíbrio”, sendo esta a pior situação para a comunidade onde tem lugar o jogo eleitoral.

O conflito, no jogo eleitoral, consiste basicamente na prática do “terrorismo eleitoral”, ou seja, na adoção de posturas não cooperativas com respeito à transição, ou com respeito ao transcurso da própria eleição, através das quais as partes, deliberadamente, criam nervosismo nos mercados para dele tirar vantagem em detrimento do adversário.

De um lado, a Situação diz que toda culpa cabe à Oposição, por ser Oposição e pretender a mudança, ou por que pouco diz sobre o que fará. Segue-se o argumento segundo o qual se a Situação não ganhar teremos a crise argentina, o que é apenas um pouco menos leviano que acusar a Oposição de pretender quebrar contratos, fomentar invasões, e deixar de honrar obrigações internacionais.

A Oposição, de seu lado, também não está inocente, longe disso. Toma o tumulto dos mercados como “problema do BC” e como “prova” de que estamos vivendo a falência do modelo neoliberal e de que tudo que foi feito estava errado. Omite-se em temas importantes e alega que tudo que ocorrer até janeiro será responsabilidade do governo.

É triste ver um “equilíbrio de Nash” na vida real e, mais ainda, fazer o papel da vítima. A insensatez prosseguirá produzindo milhões de vítimas

inocentes do “terrorismo eleitoral”, até que a Sociedade resolva forçar os jogadores a cooperar em alguns pontos básicos sobre os quais não gostaria de ver maiores invenções.